



UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 DEMONSTRATIVO DE RESTOS A PAGAR
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO/2012

RGF - ANEXO VI (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b") DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) ²	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados			
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
56 - Contribuição Plano Seguridade Social Servidor	-	-	-	-	1.111	-
69 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Soc.Serv.	-	-	-	-	631	-
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	-	-	-	-	1.742	-
00 - Recursos Ordinários	1.486	1.519	3.832	59.569	139.183	-
27 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário	214	1.265	395	3.157	5.091	-
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	1.700	2.784	4.227	62.726	139.274	-
TOTAL (III) = (I + II)	1.700	2.784	4.227	62.865	141.016	-
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES ¹	-	-	-	-	139	1.742

FONTE: SIAFI - DICON/SEA/TST, 11/jan/13 às 16h.

Notas: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.² Incluído o valor de R\$ 78.152 mil referente à Disponibilidade de Caixa Líquida do Órgão Setorial de Programação Financeira (UG 080017) da Justiça do Trabalho, em atendimento ao disposto no item 9.4.4 do Acórdão nº 1.573/2006 - TCU - Plenário.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO/2012

LRF, art. 48 - Anexo VII	DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL	RS Mil
Despesa Total com Pessoal - DTP		400.189		0,064867
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 0,182102%		1.123.448		0,182102
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 0,172997%		1.067.276		0,172997
	RESTOS A PAGAR			
Valor Total		62.865		141.017

FONTE: Demonstrativo da Despesa com Pessoal e Demonstrativo dos Restos a Pagar - DICON/SEA/TST, em 18/jan/13 às 16h.

Nota: ¹ Incluído o valor de R\$ 78.152 mil, referente ao Órgão Setorial de Programação Financeira (UG 080017) da Justiça do Trabalho. A Disponibilidade

de Caixa Líquida do TST totalizou R\$ 62.865 mil, correspondente à Inscrição de Restos a Pagar Não Processados do Exercício.

Ministro JOÃO ORESTE DALAZEN
 Presidente do Tribunal Superior do Trabalho

GUSTAVO CARIBÉ DE CARVALHO
 Diretor-Geral da Secretaria do Tribunal Superior do Trabalho

HUMBERTO BOSCO LUSTOSA BARREIRA
 Secretário de Controle Interno

DIRLEY SÉRGIO DE MELO
 Secretário de Administração

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

ATO NORMATIVO Nº 2, DE 28 DE JANEIRO DE 2013

Approva o relatório definido na Lei Complementar nº 101/2000 e dá outras providências.

O MINISTRO PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo o artigo 6º, inciso XXV, do Regimento Interno, resolve:

Art. 1º Aprovar o Relatório de Gestão Fiscal da Justiça Militar da União para o período de janeiro de 2012 a dezembro de 2012.

Art. 2º Determinar a sua publicação conforme prevê o artigo 55 da Lei Complementar nº 101, Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, de 04 de maio de 2000, observadas as prescrições da Portaria nº 324/STN/MF, de 17 de maio de 2012 e a Decisão nº 1.099/2002-TCU-Plenário, de 28 de agosto de 2002, conforme quadros anexo.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Alte.-Eq. ALVARO LUIZ PINTO

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
 JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO/2012 A DEZEMBRO/2012

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") DESPESA COM PESSOAL	Despesas Executadas (Últimos 12 meses)			RS 1,00
	Liquidadas (a)	Inscritas em Restos a Pagar não Processados (b)	Total - C = (a)+(b)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	331.820.083,98	426.522,98	332.246.606,96	
Pessoal Ativo	163.113.906,97	362.357,13	163.476.264,10	
Pessoal Inativo e Pensionistas	168.706.177,01	64.165,85	168.770.342,86	
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF)			0,00	

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012013013000113

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



(-) DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	133.879.275,46	0	133.879.275,46
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00		0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	41.954,66		41.954,66
Despesas de Exercícios Anteriores	10.979.025,00		10.979.025,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	122.858.295,80		122.858.295,80
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE-TDP (III) = (I - II)	197.940.808,52	426.522,98	198.367.331,50
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			616.933.349.000,00
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (V) = (III / IV) x 100	0,032085%	0,000000%	0,032154%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	0,0807260%		498.025.615,31
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF)	0,0766897%		473.124.334,55

FONTE: SIAFI 2012 e CELULAS 2012.

Notas:
1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquela em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da lei 4.320/64.

2) Limite Legal da JMU = 0,0807260% e 0,076689 de limite prudencial conforme Resolução CNJ nº 26/2006.

3) Do valor de R\$ 41.137.569,66 relativos a Despesas de Exercícios Anteriores apurados no período, R\$ 30.158.544,66, se referem a despesas com Inativos e Pensionistas que foram pagas com recursos vinculados às fontes 156 e 169; portanto integram a linha Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados.

4) Do valor de R\$ 120.606,82, relativos a Despesas decorrentes de Decisão Judicial apurados no período, R\$ 78.652,16 se referem a despesas com Inativos e Pensionistas que foram pagas com recursos vinculados à fonte 156 e 169; portanto integram a linha Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados.

5) Os valores referentes à folha suplementar de março de 2012, relativos a vencimentos e vantagens fixas - Pessoal Militar - não puderam ser reclassificados da conta 33190.92.03, conforme e-mail da STN de 06/08/2012, expondo a impossibilidade do ajuste contábil.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2012 A DEZEMBRO/2012

RGF - ANEXO V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RS 1.00		
	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FISCALIS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	-	-	-
Disponível em Moeda Nacional/ Depósitos de diversas origens	150.487,14	215.480,19	(64.993,05)
CRÉD. EM CIRCULAÇÃO (limite de saq. c/vinc pag+recursos RP)			
Fonte 100 - Recursos Ordinários	23.410.506,04	6.500.332,64	16.910.173,40
Fonte 127 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário	1.916.155,79	131.694,16	1.784.461,63
Fonte 150 - Receita Diretamente Arrecadada - STM	823.096,39	10.610,16	812.486,23
Fonte 151 - Contr. Social S/Líquido das Pessoas Jurídicas	6.832,90		6.832,90
Fonte 153 - Contr. P/ Financiamento da Seguridade	656.537,02		656.537,02
Fonte 177 - Fonte a Classificar	541,20		541,20
Fonte 190 - Recursos Diversos	40.898,00		40.898,00
Fonte 300 - Recursos Ordinários - Exercícios Anteriores.	217.967,24		217.967,24
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	27.223.021,72	6.858.117,15	20.364.904,57
TOTAL (III) = (I + II)	27.223.021,72	6.858.117,15	20.364.904,57
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES ¹	395.149,61	0,00	395.149,61

FONTE: SIAFI 2012, Celulas 2012

Nota: ¹A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO /2012 A DEZEMBRO/2012

RGF - ANEXO VI (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados			
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	-	-	-	-	-	-
Obrigações financeiras sem fonte					(64.933,05)	
Fonte 100 - Recursos Ordinários	75.571,40	199.233,81	2.847.992,95	11.422.521,68	16.910.173,40	
Fonte 127 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário			131.694,16	939.096,32	1.784.461,63	
Fonte 150 - Receita Diretamente Arrecadada - STM			10.610,16		812.486,23	
Fonte 151 - Contr. P/ Financiamento da Seguridade					6.832,90	
Fonte 153 - Contr. Social S/Líquido das Pessoas Jurídicas					656.537,02	
Fonte 177 - Fonte a Classificar					541,20	
Fonte 190 - Recursos Diversos					40.898,00	
Fonte 300 - Recursos Ordinários - Exercícios Anteriores.					217.967,24	
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	75.571,40	199.233,81	2.990.297,27	12.361.618,00	20.364.964,57	-
TOTAL (III) = (I + II)	75.571,40	199.233,81	2.990.297,27	12.361.618,00	20.364.964,57	-
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES ¹					395.149,61	

FONTE: SIAFI 2012/ CELULAS 2012

Nota: ¹A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial



UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2012 A DEZEMBRO /2012

LRF, art. 48 - Anexo VII			R\$ 1,00	
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL		
Despesa Total com Pessoal - DTP	198.367.331,50	0,032154		
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 0,080726%	498.025.615,31	0,080726		
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 0,0766897%	473.124.334,55	0,076690		
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL		
Dívida Consolidada Líquida				
Limite Definido por Resolução do Senado Federal				
GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL		
Total das Garantias Concedidas				
Limite Definido por Resolução do Senado Federal				
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL		
Operações de Crédito Internas e Externas				
Operações de Crédito por Antecipação da Receita				
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas				
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita				
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)		
Valor Total	12.361.618,00	20.364.904,57		

FONTE: SIAFI 2012/ CELULAS

NOTA

1) Limite Legal da JMU = 0,0807260% e 0,076689 de limite prudencial conforme Resolução CNJ nº 26/2006.

Alte Esq ALVARO LUIZ PINTO
Ministro-Presidente

MOISÉS FRANCISCO DE SOUSA
Diretor-Geral

MARCOS MEDEIROS DE CARVALHO
Secretário de Planejamento
Em exercício

VALDEDIR REGIS FERREIRA DE OLIVEIRA
Secretário de Controle Interno

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL
2ª REGIÃO

PORTARIA Nº 52, DE 25 DE JANEIRO DE 2013

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e em atendimento ao disposto no art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000, resolve:

Art. 1º - Aprovar o Relatório de Gestão Fiscal da Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 2ª Região, referente ao 3º quadrimestre de 2012, na forma dos anexos, bem como autorizar sua publicação e disponibilização por meio da internet, conforme previsto no art. 55, § 2º, da referida lei.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Desa. MARIA HELENA CISNE

ANEXOS

PODER JUDICIÁRIO				
JUSTIÇA FEDERAL DE 1º E 2º GRAUS DA 2ª REGIÃO				
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL				
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL				
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2012				
RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")				R\$ Mil
DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)				
DESPESA COM PESSOAL				
LIQUIDADAS				
INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				
TOTAL				
(a)				(b)
(c) = (a) + (b)				
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)		954490,11	6079,08	960569,19
Pessoal Ativo		802.637	2.610	805.246
Pessoal Inativo e Pensionistas		151.853	3.469	155.323
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)				0
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)		147728,48	3514,41	151242,89
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		72		72
Decorrentes de Decisão Judicial		146		146
Despesas de Exercícios Anteriores		2.307	3.491	5.798
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados		145.204	24	145.227
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)		806761,63	2564,67	809326,3
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL				
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				616.933.349
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV)*100		0,130770%	0,000416%	0,131185%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>		0,257251%		1,587,067
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>		0,244388%		1.507,714
FONTE:				
Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:				